

Versão mais recente do documento, conforme Adenda 01 ao processo.

SEÇÃO II: MÉTODO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As propostas apresentadas em resposta a esta RFP serão avaliadas seguindo a metodologia de análise cumulativa, que consiste nas seguintes etapas:

- 1. Triagem preliminar das propostas usando critérios formais e de elegibilidade:** esta etapa inclui uma avaliação da conformidade das propostas com os critérios formais e de elegibilidade indicados na tabela "Critérios Formais e de Elegibilidade" abaixo. Todas as propostas conformes nesta fase passarão para avaliação subsequente, como a seguir.
- 2. Avaliação técnica seguindo os critérios de qualificação:** nesta etapa se determina quais propostas cumprem substancialmente os critérios de qualificação indicados na tabela "Critérios de Qualificação" abaixo, e rejeita propostas não conformes. Somente as propostas que atendam ou excedam os critérios de qualificação serão consideradas em conformidade substancial.
- 3. Avaliação técnica seguindo os critérios técnicos:** nesta etapa se determina os pontos técnicos alcançados por cada proposta, de acordo com os pontos máximos atribuídos por grupo de critérios incluídos na tabela "Critérios de Avaliação da Proposta Técnica", abaixo. Somente as propostas que alcancem o limite mínimo indicado na tabela "Critérios técnicos" abaixo serão consideradas substancialmente conformes. A avaliação das propostas técnicas deve ser concluída antes da abertura e comparação das propostas financeiras.
- 4. Avaliação financeira:** As propostas financeiras só serão abertas para as ofertas que tenham alcançado o limite mínimo para a conformidade substancial da avaliação técnica. As propostas que ultrapassem o limite mínimo na avaliação técnica deverão ser verificadas para detectar eventuais erros aritméticos, de acordo com o artigo 28 [Informalidades, Erros ou Omissões Menores]. O Anexo 4.1 A [Discriminação das Taxas e do Custo Reembolsável] deve ser utilizado para a avaliação financeira. O Anexo 4.1.B [Cronograma de Avanço Diário] não será utilizado para a avaliação financeira, mas será usado para determinar se o custo é razoável. O número máximo de pontos é indicado abaixo e será alocado para a proposta financeira de preço mais baixo. As propostas financeiras de outros licitantes receberão pontos em proporção inversa, de acordo com a seguinte fórmula:

Pontos para a proposta financeira que está sendo avaliada =

$$\frac{[\text{Número máximo de pontos para a proposta financeira}] \times [\text{preço mais baixo}]}{[\text{Preço da proposta sendo avaliada}]}$$

- 5. Análise combinada:** Esta avaliação será conduzida com base na análise cumulativa, analisando todos os custos, riscos e benefícios relevantes de cada proposta, que poderá ocorrer ao longo de todo o ciclo de vida das obras para as quais os Serviços serão solicitados e no contexto do Projeto como um todo. A análise cumulativa inclui as notas da avaliação técnica e financeira com uma ponderação pré-definida. A proposta que obtiver a pontuação mais alta, após adicionar a pontuação das propostas técnicas e financeiras, é, portanto, a que melhor responde às necessidades do UNOPS em termos de custo-benefício, e será recomendada para adjudicação.
- 6. Verificação de antecedentes/due diligence:** Após a conclusão da avaliação, mas antes da adjudicação, o UNOPS deverá conduzir verificações de antecedentes/ due diligence do licitante recomendado para adjudicação, para confirmar se o licitante atende aos critérios estabelecidos nesta RFP ou conforme

apropriado à natureza do processo de compra. O UNOPS pode rejeitar a proposta de um licitante com base nas suas conclusões. Os licitantes devem permitir aos representantes do UNOPS acessar suas instalações a qualquer momento razoável para inspecionar as instalações, equipamentos, ferramentas e/ou sistemas, instalações ou materiais do licitante.

A pontuação máxima que um licitante pode obter para sua proposta é:

- Proposta técnica = 100 pontos
- Proposta financeira = 100 pontos

A ponderação das propostas técnicas e financeiras será 70%-30% (porcentagem da proposta técnica - porcentagem da proposta financeira). Portanto, a Nota Final (NF) do proponente será obtida pela equação: $NF = 0,7 \times NPT + 0,3 \times NPF$, sendo NPT a nota da proposta técnica e NPF a nota da proposta financeira.

A qualquer momento durante o processo de avaliação, o UNOPS poderá solicitar esclarecimentos ou informações adicionais por escrito dos licitantes. As respostas do licitante não devem conter nenhuma alteração quanto à substância, incluindo a parte técnica e financeira de sua proposta. O UNOPS pode usar tais informações para interpretar e avaliar a proposta correspondente.

A avaliação de uma proposta pelo UNOPS deve levar em conta os critérios de avaliação descritos nas tabelas a seguir.

Para fins de avaliação de documentos comprobatórios de critérios técnicos, serão considerados:

- As áreas e escopo de cada contrato e Atestados de Capacidade Técnica, apresentados como comprovação de experiência, devem estar descritos de forma clara para efeito de pontuação.
- Todas as comprovações de experiência do proponente e dos profissionais da equipe-chave avaliados deverão estar acompanhadas de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou de atestado técnico acompanhado da respectiva Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).
- Somente serão considerados atestados de serviços totalmente concluídos ou parciais, desde que tenha sido executado pelo menos 60% (sessenta por cento) deste contrato. O proponente deverá destacar no atestado apresentado, através de grifos, os serviços que atendem às exigências desta RFP.
- Para comprovação da experiência do proponente, serão aceitas comprovações e Certidões de Acervo Técnico (CAT) parciais referentes a obras e serviços não concluídos ou ainda em execução, em consonância com o item acima.
- Para comprovação da experiência dos profissionais da equipe-chave, serão aceitos contratos de prestação de serviços, Certidões de Acervo Técnico (CAT), Atestados de Capacidade Técnica acompanhados de ART/RRT e demais comprovações parciais referentes a obras e serviços não concluídos ou ainda em execução, em consonância com o item acima.
- Duas ou mais experiências do proponente e da equipe-chave que tenham ocorrido simultaneamente serão computadas apenas 1 (uma) vez para fins de comprovação de experiência. Na avaliação, será considerada a comprovação que apresente a supervisão, fiscalização e/ou gerenciamento da obra com a maior área construída, em metros quadrados (m²).
- As comprovações de experiência devem ser relativas à supervisão, fiscalização e/ou gerenciamento de obras em sua integralidade. Isto se aplica ao proponente e a cada profissional da equipe-chave.
- As comprovações de experiência fornecidas deverão ser emitidas por Pessoa Jurídica contratante da obra/serviço objeto da comprovação. Não serão aceitas se emitidas por terceiros. O UNOPS poderá entrar em contato com o contratante para verificação da veracidade das informações.
- De maneira geral, os seguintes dados devem estar presentes nos documentos que comprovem a experiência do proponente e dos profissionais: data de início e conclusão da obra/serviço, local de execução, identificação do contratante Pessoa Jurídica e da contratada, escopo dos serviços previstos na obra/serviço e quantitativos executados.
- Os critérios técnicos 4.5, 4.6 e 4.7 da Parte 4 terão a mesma valoração durante a avaliação do UNOPS. Entretanto, não será aceita a sobreposição destes critérios para fins de pontuação do profissional indicado. Ou seja, cada profissional da equipe-chave poderá apresentar apenas 1 (um) dos critérios a que se refere essa Parte 4. Durante a execução do contrato, na eventual necessidade de substituição do profissional, o novo profissional deverá cumprir ao menos um destes critérios e não precisará ser, necessariamente, o mesmo critério pontuado no processo licitatório.

Considerações para participação na forma de operação conjunta (consórcio ou Joint Venture):

- a. Todas as empresas reunidas na forma de operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) devem, individualmente, cumprir os “critérios formais e de elegibilidade”, além de cumprir os “critérios de qualificação” e quaisquer critérios de seguro.
- b. A empresa-líder da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) deve preencher, no eSourcing, o questionário “DRiVE”. As demais integrantes da operação conjunta devem, individualmente, preencher o questionário “DRiVE” disponível na aba “Documents” do eSourcing.
- c. A parte “0.2 - Informações do Licitante, do Anexo 0: Formulários Retornáveis da Seção VI Anexos da Proposta” deverá ser preenchido por cada integrante da operação conjunta;
- d. A avaliação técnica da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) será realizada de forma combinada entre todos os integrantes da operação, isto é, pontuar-se-á o critério considerando todos

os documentos ou comprovações apresentados pelas integrantes da operação conjunta.

- e. Em caso de adjudicação, e antes da firma do contrato, a operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) deverá ser devidamente constituída (Termo de Consórcio, CNPJ etc.) e registrada perante a Junta Comercial do endereço da Sede da empresa-líder. As informações a serem registradas na constituição devem estar alinhadas com o documento submetido ao UNOPS conforme “Seção VI, Anexo 0, item 0.3 - Informações sobre sócios de uma Operação Conjunta”.
- f. O seguinte pontos deverão ser ainda considerados:
 - I. O prazo de duração do operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) deve, no mínimo, coincidir com a data de vigência do contrato ou execução completa dos serviços relacionados ao objeto, incluindo eventuais aditivos do contrato;
 - II. Não poderá ser alterada a constituição ou composição da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) sem prévia anuência do UNOPS, visando manter válidas as premissas que comprovaram a habilitação e qualificação da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) original;
 - III. A Garantia de performance/execução deverá ser emitida pela empresa-líder, a qual será responsável pela coordenação das atividades da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) e será seu representante frente ao UNOPS;
 - IV. Para fins de faturamento, vale o que for combinado entre as empresas consorciadas e de acordo com o Termo de Constituição do consórcio, a saber, cada empresa emite a nota fiscal da parte que lhe couber e o pagamento correspondente é realizado diretamente à cada integrante da operação conjunta; OU diretamente à entidade-líder da operação conjunta, mediante faturamento por esta e sendo esta responsável pelo repasse financeiro às demais entidades associadas, assim como as responsabilidades de recolhimentos relacionados; OU os pagamentos poderão ser realizados em conta bancária do CNPJ da operação conjunta e mediante faturamento em nome do consórcio. Pagamentos somente serão executados considerando ainda os demais termos estabelecidos no contrato.
- g. O proponente que participar desta RFP através de operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) não poderá participar ao mesmo tempo de forma independente ou como empresa constituinte de outra operação conjunta (consórcio ou Joint Venture).

1. CRITÉRIOS FORMAIS E DE ELEGIBILIDADE

Critérios avaliados com base em aprovação/reprovação durante a triagem preliminar	Documentos para estabelecer a conformidade / cumprimento aos critérios
<p>1. O licitante é elegível conforme definido na Seção I: Instruções aos Licitantes, Artigo 4 [<i>Elegibilidade do licitante</i>].</p>	<ul style="list-style-type: none"> Verificação pelo UNOPS de que a empresa não está incluída nas Listas de inelegibilidade de fornecedores do Mercado Global das Nações Unidas (UNGM). A empresa deverá apresentar o documento Anexo 0.1 [<i>Declaração de Apresentação de Proposta</i>] - Seção VI: Anexos da Proposta Anexo 0.2 [<i>Informações do licitante</i>] - Seção VI: Anexos da Proposta Anexo 0.3 [<i>Informações dos Sócios de uma Operação Conjunta</i>], todos os documentos exigidos no Anexo, caso a proposta seja apresentada por uma Operação Conjunta - Seção VI: Anexos da Proposta Anexo 0.10 [<i>Detalhes de Disputas</i>] - Seção VI: Anexos da Proposta Anexo 0.11 [<i>Ciência de Adendos ou Erratas à RFP</i>] - Seção VI: Anexos da Proposta Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo do Ministério do Trabalho e Previdência - Anexo 0.12 [<i>Compromisso do fornecedor com a sustentabilidade em suas operações</i>] da Seção VI: Anexos da Proposta. Lista Nacional de Condenações por Tráfico de Pessoas ou por Submissão de Trabalhadores a Condições Análogas à de Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT) - Anexo 0.12 [<i>Compromisso do fornecedor com a sustentabilidade em suas operações</i>] da Seção VI: Anexos da Proposta.
<p>2. A proposta está completa, isto é, todos os documentos e documentação técnica solicitados na Seção I: Instruções aos Licitantes, Artigo 11 [<i>Conteúdo da Apresentação de Propostas</i>] foram fornecidos e estão completos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Toda a documentação solicitada na Seção I: Instruções aos Licitantes, Artigo 11 [<i>Conteúdo da Apresentação de Propostas</i>].
<p>3. O licitante aceita as condições do Contrato, conforme especificado na Seção III: Condições do Contrato.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 0.1 [<i>Declaração de Apresentação de Proposta</i>] - Seção VI

2. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO**Critérios avaliados com o critério de cumprir/ não cumprir durante a avaliação técnica****Documentos para estabelecer a conformidade / cumprimento aos critérios****1. Capacidade Financeira: Comprovação de boa situação financeira**

O licitante tem liquidez suficiente, demonstrada pelo índice de liquidez corrente (ILC) ao longo dos últimos 02 (dois) anos que devem ser iguais ou superiores a 01 (um).

Este critério também se aplica a cada empresa reunida em operação conjunta (consórcio ou Joint Venture). O valor de cada indicador econômico-financeiro será calculado para a operação conjunta (consórcio ou Joint Venture), como um todo. Serão calculados, inicialmente, os indicadores de cada empresa e os valores serão multiplicados pelo seu respectivo percentual de participação na operação conjunta (consórcio ou Joint Venture). Os valores resultantes serão somados, compondo, assim, o indicador da operação conjunta (consórcio ou Joint Venture).

- Cópia das demonstrações financeiras auditadas dos últimos 02 (dois) anos;
- Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

2. Capacidade Financeira: Balanço patrimonial e demonstrações contábeis

O licitante tem um faturamento anual mínimo de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em qualquer um dos últimos 02 (dois) anos.

Este critério também se aplica a cada empresa reunida em operação conjunta (consórcio ou Joint Venture).

- Cópia das demonstrações financeiras auditadas dos últimos 02 (dois) anos

3. Regularidade fiscal:

O licitante tem exercido as suas atividades de negócio de maneira contínua durante os últimos dois (2) anos.

- Comprovante de inscrição do proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). No caso de empresa estrangeira, a mesma deve possuir inscrição ativa de registro comercial no país da sua Sede e um acordo comercial com uma empresa no Brasil.
- Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital, relativo à sede da empresa, pertinente à sua atividade exercida e compatível com o objeto da licitação. No caso de empresa estrangeira, deverá ser encaminhado documento equivalente de comprovação de registro no cadastro de contribuintes no seu país de atuação.
- Certidão Negativa de Débito Estadual emitida pela Secretaria da Fazenda de onde se localiza a sede da empresa. No caso de empresa estrangeira, deverá ser encaminhado documento equivalente que comprove que o negócio não possui dívidas ativas junto ao governo estadual.
- Certidão Negativa de Débito Municipal emitida pela Prefeitura do município sede da empresa. No caso de empresa estrangeira, deverá ser encaminhado documento equivalente que comprove que o negócio não possui dívidas ativas junto ao governo municipal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). No caso de empresa estrangeira, deverá ser encaminhado documento equivalente que comprove que o negócio não possui débitos trabalhistas junto ao governo local.
- Certidão de Regularidade do FGTS, no caso de empresas legalmente constituídas no Brasil.
- Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal do Brasil. No caso de empresa estrangeira, deverá ser encaminhado documento expedido por órgão oficial do respectivo país, ou documento equivalente, atestando que a empresa estrangeira se encontra em regular funcionamento e que não se encontra em processo de falência, concordata ou recuperação judicial.

4. Regularidade técnica

O licitante tem o registro no órgão que rege e regulamenta a indústria da arquitetura, engenharia, consultoria e/ou construção no País.

- Certidão de registro e quitação da pessoa jurídica do proponente com seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) da jurisdição do local onde se encontra a sede da empresa, constando atribuição compatível a atividade exercida pelo proponente. No caso de empresas estrangeiras, deverá ser apresentado o documento correspondente do país do local da Sede da licitante.
- Certidão de registro e quitação da anuidade do conselho de classe da pessoa física dos profissionais da equipe-chave de supervisão. No caso de empresas estrangeiras, deverá ser apresentado o documento correspondente do país do local da Sede da licitante.
- Anexo 4 Anexo 4.4 [Equipe Chave] - Seção VI

5. Regularidade jurídica

- Contrato Social ou Registro Comercial (no caso de empresa individual) em vigor com todos os aditivos já realizados até a data da apresentação da proposta. No caso de empresas estrangeiras, poderá ser apresentado documento de natureza similar que comprove a constituição da empresa.
- Anexo 0.3 [Informações dos sócios de uma Operação Conjunta] - Seção VI.
- Poder legal vigente outorgado ao Representante Legal do proponente identificado e autorizado a assinar o formulário da proposta [Anexo 0.1]. No caso de operação conjunta (consórcio ou Joint Venture), apresentar cópia simples dos poderes legais vigentes dos representantes das empresas que integram a operação conjunta (consórcio ou Joint Venture) e documento designando o representante legal comum. Caso a designação do representante esteja informada no Termo de Compromisso de Constituição, o documento não será necessário.

3. CRITÉRIOS TÉCNICOS

Critérios avaliados com base na metodologia de análise cumulativa durante a avaliação técnica

O número máximo de pontos técnicos está detalhado nas partes integrantes da avaliação de propostas técnicas, abaixo.

Para serem substancialmente conformes, os licitantes devem obter uma pontuação mínima de 70% do total de pontos.

Documentos para estabelecer a conformidade / cumprimento aos critérios

Na Seção VI: Anexos da Proposta:

- Todos os anexos descritos no Anexo 4 [*Anexos de Contratos do licitante*], exceto Anexo 4.1.A [*Detalhamento de Taxas e Custos Reembolsáveis*] e quaisquer outros documentos relacionados a preços.
- Anexo 0.4 [*Capacidade e Experiência*]
- Anexo 0.5 [*Modelo de Currículo da Equipe Chave proposta*] - Seção VI

Partes integrantes da Avaliação da Proposta Técnica: Número e descrição		Pontuação Máxima
1.	Capacidade e experiência do licitante	35
2.	Metodologia, abordagem e plano de implementação propostos	15
3.	Equipe-Chave indicada	50
4.	Pessoal-chave proposto	N/A
5.	Apresentações Oraís	N/A
Total de pontos da proposta técnica		100

O número máximo de pontos que um licitante pode obter pela Proposta Técnica é de 100 (cem) pontos. Para serem considerados tecnicamente conformes, os licitantes deverão obter no mínimo 70 (setenta) pontos.

Parte 1: Capacidade e experiência do licitante

Nº	Critérios avaliados com base na metodologia de análise cumulativa durante a avaliação técnica	Documentos para estabelecer a conformidade / cumprimento aos critérios (lista não exaustiva)	Pontos
1.1	<p>Experiência geral em supervisão, gerenciamento ou fiscalização de obras: a licitante deverá comprovar experiência em supervisão, gerenciamento ou fiscalização de obras para o setor público e/ou privado em obras de edificações com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área construída, mínima, de 3.000,00 m² - Até 15 (quinze) anos anteriores à data de apresentação da proposta. <p><i>Nota:</i> Na comprovação da experiência geral em supervisão, fiscalização e/ou gerenciamento de obras, o <u>proponente individual</u> deve ter tido participação integral (fundação, estrutura e</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Atestado de Capacidade Técnica com ART/RRT. Os seguintes detalhes devem constar na comprovação: Número e objeto do contrato; Identificação do cliente, que deverá ser Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado; Valor total do contrato expresso na moeda brasileira; escopo da obra; Data de início e término do contrato; Documentos de suporte a serem anexados a cada atestado que fizer referência. É necessário que confirmem a natureza dos serviços, 	Até 28 pontos (7 pontos por atestado / máximo de 4 atestados)

	instalações, minimamente) e supervisionado, gerenciado ou fiscalizado todo o escopo da obra, ainda que tenha sido através da subcontratação de determinados serviços.	quantidade e período de execução da obra. • Anexo 0 Anexo 0.4 [Capacidade e Experiência] - Seção VI	
1.2	Nível de Gestão da Responsabilidade Social da licitante. <i>Em relação a operação conjunta (consórcio ou Joint Venture), a pontuação não será considerada de forma cumulativa para cada comprovação apresentada pelos integrantes da operação conjunta. Será considerado apenas o nível mais elevado apresentado.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Nível básico: apresentação de autodeclaração da licitante quanto ao seu compromisso com Responsabilidade Social. • Nível intermediário: apresentação de documento que demonstre que a licitante possui uma política interna formalizada para Gestão da Responsabilidade Social. • Nível avançado: a licitante possui e apresentou a certificação SA 8000 válida - Gestão da Responsabilidade Social da empresa. 	Até 3 pontos (Básico: Autodeclaração - 1 ponto; Intermediário: Política interna formalizada - 2 pontos; Avançado: SA 8000 - 3 pontos)
1.3	Experiência específica do licitante: a licitante tem conhecimento especializado relevante e experiência em supervisão, gerenciamento ou fiscalização de obras similares (infraestruturas de privação de liberdade) executadas na região ou país. <i>Na comprovação da experiência específica em supervisão, gerenciamento ou fiscalização de obras similares, o proponente individual deve ter tido participação integral e supervisionado, gerenciado ou fiscalizado todo o escopo da obra, ainda que tenha sido através da subcontratação de determinados serviços.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Atestado de Capacidade Técnica com ART/RRT. Os seguintes detalhes devem constar na comprovação: Número e objeto do contrato; identificação do cliente, que deverá ser Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado; valor total do contrato expresso na moeda brasileira; escopo da obra; data de início e término do contrato; documentos de suporte a serem anexados a cada contrato que fizer referência. É necessário que confirmem a natureza dos serviços, quantidade e período de execução da obra. • Anexo 0 Anexo 0.4 [Capacidade e Experiência] - Seção VI 	Até 4 pontos (2 pontos por atestado / máximo de 2 atestados)
Total de pontos da Parte 1 (Capacidade e experiência)			35

Parte 2: Metodologia, abordagem e plano de implementação propostos

Nº	Critérios avaliados com base em uma metodologia de análise cumulativa durante a avaliação técnica	Documentos para estabelecer a conformidade com os critérios (lista não exaustiva)	Pontos
2.1	O texto deve demonstrar que o método proposto de supervisão é adequado aos projetos e à obra em questão. Abordar aspectos de supervisão relativos à saúde, segurança, social, ambiental, planejamento e qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 4 Anexo 4.3 [Declaração do Método] - Seção VI 	Até 3 pontos (Não cumpre com o requisito: 0; Atende de maneira limitada ao requisito: 1,5; Cumpe substancialmente com o requisito: 3).
2.2	Descrição das ferramentas de TI (aplicativos, softwares, etc) que a empresa considera utilizar na supervisão da obra.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 4 Anexo 4.3 [Declaração do Método] - Seção VI 	Até 3 pontos (Não cumpre com o requisito: 0; Atende de maneira limitada ao requisito: 1,5; Cumpe substancialmente com o requisito: 3).
2.3	Definição das macro atividades, descrevendo, em linhas gerais, a sequência cronológica dos processos de atividades de supervisão.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 4 Anexo 4.3 [Declaração do Método] - Seção VI 	Até 2 pontos (Não cumpre com o requisito: 0; Atende de maneira limitada ao requisito: 1; Cumpe substancialmente com o requisito: 2).
2.4	Descrição dos métodos estimados para o controle de qualidade dos serviços, dos materiais, conformidade com os projetos e análise de resultados de ensaios realizados pela construtora.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 4 Anexo 4.3 [Declaração do Método] - Seção VI 	Até 3 pontos (Não cumpre com o requisito: 0; Atende de maneira limitada ao requisito: 1,5; Cumpe substancialmente com o requisito: 3).
2.5	Descrição de métodos de supervisão dos serviços da obra relacionados a aspectos específicos da obra em questão.	<ul style="list-style-type: none"> Anexo 4 Anexo 4.3 [Declaração do Método] - Seção VI 	Até 4 pontos (Não cumpre com o requisito: 0; Atende de maneira limitada ao requisito: 2; Cumpe substancialmente com o requisito: 4).
Total de pontos da Parte 2			15

Parte 3 : Equipe-Chave Indicada

Nº	Critérios avaliados com base em uma metodologia de análise cumulativa durante a avaliação técnica	Documentos para estabelecer a conformidade com os critérios (lista não exaustiva)	Pontos
3.1	<p>Coordenador(a) Geral:</p> <p><u>Formação:</u> graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura (caso a pontuação deste requisito seja zero, isto é, o profissional não possui a formação requerida, a licitante será automaticamente desqualificada da avaliação técnica).</p> <p><u>Experiência profissional</u> em supervisão, gerenciamento ou fiscalização. A atuação do profissional deve contemplar serviços nas áreas de fundação, estrutura, instalações de engenharia, para obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>No mínimo</u> 10 anos: 1 ponto; - 15 anos: 2 pontos; - 20 anos (máximo): 3 pontos. <p><u>Atestados</u> relativos a obras de edificação com, no mínimo, 3.000,00 m² de área construída <u>cada um</u> nos últimos 10 (dez) anos contados até a data de apresentação da proposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 pontos a cada atestado / máximo de 4 atestados. 	<p>Documentos para itens 4.1 a 4.4 da Parte 4.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anexo 0 Anexo 0.5 [Formato para o Currículo da equipe-chave indicada] Seção VI • Anexo 4 Anexo 4.4 [Equipe Chave] - Seção VI • Anexo 4 Anexo 4.5 [Estrutura Organizacional] - Seção VI • Comprovante de registro e quitação de anuidade no Conselho de Classe. • Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Atestados de Capacidade Técnica acompanhados das respectivas ART/RRT. • Contratos de trabalho, carteira de trabalho (CTPS) e demais documentos que comprovem a experiência apresentada no currículo, devendo ter sido emitidos pela contratante dos serviços (Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado). Devem constar a natureza do serviço, escopo da obra, e data de início e término da prestação do respectivo serviço pelo profissional; • Anexo 0.6 [Declaração de Exclusividade e Disponibilidade do Profissional]; • Anexo 0.4 [Capacidade e Experiência]. • Diploma de graduação. 	<p>Para formação: 1 ponto</p> <p>Para o tempo de experiência profissional: Até 03 pontos (10 anos: 1 ponto / 15 anos: 2 pontos / 20 anos: 3 pontos)</p> <p>Para os atestados: Até 8 pontos (2 pontos por atestado / até 4 atestados)</p> <p>SUBTOTAL: até 12 pontos</p>
3.2	<p>Coordenador(a) de Planejamento:</p> <p><u>Formação:</u> graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura (caso a pontuação deste requisito seja zero, isto é, o profissional não possui a formação requerida, a licitante será automaticamente desqualificada da avaliação técnica).</p> <p><u>Experiência profissional</u> em gerenciamento ou fiscalização na área de <u>planejamento</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>No mínimo</u> 10 anos: 1 ponto; - 15 anos: 2 pontos; - 20 anos (máximo): 3 pontos. <p><u>Atestados</u> relativos a obras de edificação</p>	<p>Documentos para itens 4.1 a 4.4 da Parte 4.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anexo 0 Anexo 0.5 [Formato para o Currículo da equipe-chave indicada] Seção VI • Anexo 4 Anexo 4.4 [Equipe Chave] - Seção VI • Anexo 4 Anexo 4.5 [Estrutura Organizacional] - Seção VI • Comprovante de registro e quitação de anuidade no Conselho de Classe. • Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Atestados de Capacidade Técnica acompanhados das respectivas ART/RRT. • Contratos de trabalho, carteira de trabalho (CTPS) e demais documentos que comprovem a experiência apresentada no currículo, devendo ter sido emitidos pela contratante dos serviços (Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado). Devem constar a natureza do serviço, escopo da obra, e data de início e término da prestação do respectivo serviço pelo profissional; • Anexo 0.6 [Declaração de Exclusividade e Disponibilidade do Profissional]; • Anexo 0.4 [Capacidade e Experiência]. • Diploma de graduação. 	<p>Para formação: 1 ponto</p> <p>Para o tempo de experiência profissional: Até 03 pontos (10 anos: 1 ponto / 15 anos: 2 pontos / 20 anos: 3 pontos)</p> <p>Para os atestados: Até 8 pontos (2 pontos por atestado / até 4 atestados)</p> <p>SUBTOTAL: até 12 pontos</p>

	<p>com, no mínimo, 3.000,00 m² de área construída <u>cada um</u> nos últimos 10 (dez) anos contados até a data de apresentação da proposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 pontos a cada atestado / máximo de 4 atestados. 		
<p>3.3</p>	<p>Coordenador(a) de Saúde, Segurança e sócio-ambiental:</p> <p><u>Formação:</u> graduação em Engenharia ou Arquitetura (caso a pontuação deste requisito seja zero, isto é, o profissional não possui a formação requerida, a licitante será automaticamente desqualificada da avaliação técnica).</p> <p><u>Experiência profissional</u> em supervisão, gerenciamento ou fiscalização na área de <u>saúde e segurança no trabalho</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>No mínimo</u> 10 anos: 1 ponto; - 15 anos: 2 pontos; - 20 anos (máximo): 3 pontos. <p><u>Atestados</u> relativos a obras de edificação com, no mínimo, 3.000,00 m² de área construída <u>cada um</u> nos últimos 10 (dez) anos contados até a data de apresentação da proposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 pontos a cada atestado / máximo de 4 atestados. 		<p>Para formação: 1 ponto</p> <p>Para o tempo de experiência profissional: Até 03 pontos (10 anos: 1 ponto / 15 anos: 2 pontos / 20 anos: 3 pontos)</p> <p>Para os atestados: Até 8 pontos (2 pontos por atestado / até 4 atestados)</p> <p>SUBTOTAL: até 12 pontos</p>
<p>3.4</p>	<p>Coordenador(a) de Qualidade:</p> <p><u>Formação:</u> graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura (caso a pontuação deste requisito seja zero, isto é, o profissional não possui a formação requerida, a licitante será automaticamente desqualificada da avaliação técnica).</p> <p><u>Experiência profissional</u> em supervisão, gerenciamento ou fiscalização na área de <u>qualidade e/ou controle tecnológico</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>No mínimo</u> 10 anos: 1 ponto; - 15 anos: 2 pontos; - 20 anos (máximo): 3 pontos. 		<p>Para formação: 1 ponto</p> <p>Para o tempo de experiência profissional: Até 03 pontos (10 anos: 1 ponto / 15 anos: 2 pontos / 20 anos: 3 pontos)</p> <p>Para os atestados: Até 8 pontos (2 pontos por atestado / até 4 atestados)</p> <p>SUBTOTAL: até 12 pontos</p>

	<p><u>Atestados</u> relativos a obras de edificação com, no mínimo, 3.000,00 m² de área construída <u>cada um</u> nos últimos 10 (dez) anos contados até a data de apresentação da proposta.</p> <p>- 2 pontos a cada atestado / máximo de 4 atestados.</p>	
35	<p>Representatividade de gênero: Mulher na equipe-chave de supervisão (coordenadores)</p>	<ul style="list-style-type: none">• Anexo 0 Anexo 0.5 [<i>Formato para o Currículo da equipe-chave indicada</i>] - Seção VI.• Anexo 4 Anexo 4.4 [<i>Equipe-Chave</i>] - Seção VI
	<p>Inclusão: Pessoa com deficiência na equipe-chave da supervisão.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Anexo 0 Anexo 0.5 [<i>Formato para o Currículo da equipe-chave indicada</i>] - Seção VI.• Anexo 4 Anexo 4.4 [<i>Equipe-Chave</i>] - Seção VI• Laudo de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
	<p>Promoção da igualdade racial: Pessoas negras (pretas e pardas)</p>	<ul style="list-style-type: none">• Anexo 0 Anexo 0.5 [<i>Formato para o Currículo da equipe-chave indicada</i>] - Seção VI.• Anexo 4 Anexo 4.4 [<i>Equipe-Chave</i>] - Seção VI• Documento de autodeclaração.

Até 2 pontos
(0,5 pontos por profissional / até 4 profissionais)*

***Nota:** O critério técnico 4.5 da Parte 4 terá a mesma valoração entre os seus subitens durante a avaliação do UNOPS. Entretanto, não será aceita a sobreposição destes critérios/subitens para fins de pontuação do profissional indicado. Ou seja, cada profissional da equipe-chave poderá apresentar apenas 1 (um) dos critérios a que se refere essa Parte 4. Ex.: um profissional atende aos requisitos de representatividade de gênero e inclusão não poderá ser pontuado em ambos, senão em apenas um destes requisitos, que não são cumulativos. Durante a execução do contrato, na eventual necessidade de substituição do profissional, o novo profissional deverá cumprir ao menos um destes critérios e não precisará ser, necessariamente, o mesmo critério pontuado no processo licitatório.

Total de pontos da Parte 3	35
----------------------------	----

4. CRITÉRIOS FINANCEIROS

Critérios avaliados apenas para ofertas que atingiram o patamar mínimo de conformidade substancial da avaliação técnica

Documentos para estabelecer conformidade com o critério

As propostas serão verificadas quanto a erros aritméticos de acordo com o Artigo 28 [*Informalidades, Erros ou Omissões Menores*] e enviadas em envelope/arquivo separado dos materiais de avaliação técnica.

O número máximo de pontos é indicado abaixo e será atribuído à proposta financeira de menor preço.

Propostas financeiras de outros ofertantes receberão pontos na proporção inversa de acordo com a seguinte fórmula:

Pontos para a proposta financeira em avaliação =

[Número máximo de pontos para a proposta financeira]
x [menor preço]

[Preço da proposta sendo avaliada]

Na Seção VI: Cronogramas retornáveis:

- Anexo 4.1.A [*Detalhamento das Taxas e Custo Reembolsável*]
- Complemento ao Anexo 4.1.A [*Detalhamento da proposta*] - (arquivo em formal .xlsx disponibilizado na aba *Documents* do eSourcing)

IMPORTANTE: a proposta técnica deverá ser submetida em separado da proposta financeira. A proposta técnica não deverá incluir quaisquer informações relativas aos aspectos financeiros da proposta. A proposta financeira deverá ainda ser submetida no local indicado no sistema eSourcing. O não atendimento a estes requisitos acarretará na desqualificação da proposta da licitante.

SEÇÃO III: CONDIÇÕES DO CONTRATO

ACORDO CONTRATUAL

- [Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Acordo Contratual \(versão em inglês\)](#)

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO

- [Contrato de Serviços de Consultoria para Obras: Condições Gerais do Contrato \(versão em inglês\)](#)

CONDIÇÕES PARTICULARES DO CONTRATO

Parte 1: Cláusulas Alteradas

As Condições Gerais são alteradas da seguinte forma (se nada for especificado, não se aplicam condições alteradas):

Nº	Nº da Cláusula/Subcláusula e Título	Condição Geral Alterada
1		
2		
3		
4		
5		

Parte 2: Cláusulas Adicionais

As Condições Gerais são complementadas pela inclusão das seguintes condições adicionais (se nada for especificado, nenhuma condição adicional se aplica):

Nº	Nº da Cláusula/Subcláusula e Título	Condição Geral Adicional
1	Cláusula 1.3 Idioma SubCláusula 1.3.3	1.3.3 Em caso de divergências entre as versões em português e inglês das Condições Gerais de Contrato, prevalecerá o texto da versão em inglês
2		
3		
4		
5		

SEÇÃO IV: ANEXOS DOS DETALHES

ANEXO 1: DETALHES DO CONTRATO

1.1 Detalhes Fornecidos pela Contratante

Nº da Subcláusula	Descrição	Detalhes
1.1	País	Nome: Brasil
1.4.1	Sistema acordado de transmissão eletrônica	Correio eletrônico (e-mail): N/A Outro (especificar): N/A
1.4.1	Endereço da Contratante para comunicações	Nome: UNOPS Cargo: N/A Endereço: SRTVS 701 Bloco O, Ed. Multiempresarial, salas 718 a 723. Brasília-DF CEP: 70340-000 Endereço de e-mail: comprasbr@unops.org Número de telefone/celular: +55 61 3204-7221
2.2	Representante do Contratante	Nome: Claudia Valenzuela - Diretora e Representante de UNOPS no Brasil Endereço: SRTVS 701 Bloco O, Ed. Multiempresarial, salas 718 a 723. Brasília-DF CEP: 70340-000 Endereço de e-mail: comprasbr@unops.org Número de telefone/celular: +55 61 3204-7221
3.2.1	Valor da Garantia de Execução	10% do Valor aceito do Contrato
3.2	Instituições permitidas para a Garantia de Execução	Instituições ou entidades bancárias ou financeiras aprovadas pelo Contratante Banco aprovado pelo Contratante
4.2.1	Data de Início	Esperada: junho/23
4.2.4	Período de Garantia	Por toda duração do contrato, incluindo o período de DNP
4.3.1	Prazo de execução	19 meses
4.4.5	Compensação de Danos por Atraso	Valor por dia: _____ BRL <input checked="" type="checkbox"/> 0,1 % do Valor Aceito do Contrato por dia (BRL)
4.4.6	Valor máximo total de Compensação de Danos por Atraso	10 % do Valor Aceito do Contrato.
7.2.2	Taxa anual de encargos financeiros por atraso no pagamento	Não se aplica.

7.3	Moedas de pagamento	Moeda 1: BRL Moeda 2: N/A
7.3	Proporções das moedas de pagamento	Moeda 1: 100% Moeda 2: N/A
7.8.2	Valor de pagamento antecipado	____ % do Valor aceito do Contrato ____ BRL X Não se aplica
7.8.3	Instituições permitidas para a Garantia	X Não se aplica
7.8.6	Valor do reembolso antecipado	X ____ % do valor dos Serviços prestados X Não se aplica
8.4.1	Limite de Liability	50.000,00 BRL

ANEXO 2: INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO PROJETO

2.1 Detalhes do Projeto

(Breve descrição do projeto incluindo título, localização, histórico e outros detalhes relevantes juntamente com detalhes das Obras para as quais os Serviços são necessários)

Título: “IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS”

Localização:

Rua General Castrioto, 589, Barreto, Niterói/RJ

Histórico:

Visando a implantação de unidades socioeducativas que atendam tanto às normas de referência do SINASE quanto às normativas internacionais de proteção às crianças e adolescentes, o UNOPS desenvolveu, em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério dos Direitos Humanos (MDHC), as Normas de Referência em Arquitetura Socioeducativa. Uma Unidade de Atendimento Socioeducativo de Internação Masculina consiste no serviço especializado de atendimento aos adolescentes do sexo masculino privados de liberdade. É uma edificação que tem como premissa a integração de serviços necessários à aplicação da medida socioeducativa de internação, mantendo uma estrutura de segurança e rigor, porém que se mostre de forma humana e educativa. A Internação Masculina é o local onde mesmo o adolescente estando recluso e privado da liberdade, do convívio com a sua família e comunidade, será assegurado o seu direito de cidadania através de espaços para a profissionalização, para a prática esportiva, de lazer e cultura, de ensino, para as atividades pedagógicas, para atendimento à saúde, a visita familiar e a visita íntima. Além disso, a unidade de internação deve contar com espaços administrativos, de repouso dos adolescentes, para atendimento técnico em grupo e individual e para a realização das refeições e higiene. É nesse marco que será realizada a presente licitação, no método de solicitação RFP (Request For Proposal), na qual o contratante é o UNOPS, para a supervisão da execução da obra de Unidade Socioeducativa de Internação Masculina no terreno indicado neste Termo de Referência (TR).

Serviços:

- I. Supervisionar os serviços executados pela empresa CONSTRUTORA responsável pela obra;
- II. Supervisionar a gestão da obra;
- III. Supervisionar o cumprimento de todas os compromissos legais relacionados à obra, como seu licenciamento, obrigações trabalhistas, ambientais, de saúde e segurança do trabalho, entre outras;
- IV. Atender às solicitações apresentadas pelo UNOPS relacionadas ao escopo dos serviços de supervisão da obra;
- V. Supervisionar a correção de eventuais vícios construtivos identificados durante o período do contrato.

Detalhes das obras:

Para a Unidade Socioeducativa a ser construída em Niterói, são elencadas as seguintes características principais:

- I. 1 (uma) Unidade de Atendimento Socioeducativo com capacidade para 90 adolescentes do sexo

- masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação;
- II. É prevista a execução de serviços de demolição de um conjunto de prédios localizados na parcela do terreno para a construção da infraestrutura socioeducativa;
 - III. O trecho de edificação da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) que ficará remanescente e adjacente em outra parcela do terreno, não contemplada nas obras, deverá ser reformada pela CONSTRUTORA a fim de manter sua operacionalidade;
 - IV. Os resíduos de demolição deverão ter destinação legal e ambientalmente correta;
 - V. A Unidade Socioeducativa está inserida em região com grau de urbanização considerável e a CONSTRUTORA deverá considerar todas as implicações decorrentes dessa situação para a execução das obras;
 - VI. A Unidade contemplará sistemas que proporcionem maior sustentabilidade da sua operação;
 - VII. A Unidade Socioeducativa é composta por 7 Blocos, sendo 6 individuais, com operação e características específicas em cada um, a saber:
 - A. Bloco de Acesso
 - B. Bloco de Corpo de Guarda
 - C. Bloco de Alojamento Individual e Duplo
 - D. Bloco de Alojamento Triplo
 - E. Bloco de Visita Íntima
 - F. Bloco de Ginásio
 - G. Bloco SASE - Saúde/Administração/Serviços e Escola

Os licitantes participantes desta RFP terão disponibilizado o Material Técnico da obra, composto por projetos executivos, memoriais, cadernos de encargos, estudos diversos, levantamentos técnicos, licenças prévias e demais documentos. Caso julguem necessário, poderão realizar visitas ao local da obra para conhecimento prévio do terreno, porém, não configurando como uma premissa obrigatória para a participação neste processo licitatório. Entretanto, após a adjudicação não poderão interpor reclamação de qualquer natureza relacionada ao desconhecimento prévio do local da obra.

NOTA: informações detalhadas e/ou complementares encontram-se no documento de Termo de Referência anexo à RFP.

2.2 Planta(s) do(s) Local(is)

1. Descrição geral da localização e limites:

A Unidade de Atendimento Socioeducativo será construída na Rua General Castrioto, 589, Barreto, Niterói/RJ. O terreno se situa em área urbanizada do município de Niterói. Faz divisa de fundos com edificações residenciais e, em uma das laterais, com a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), órgão da Administração Estadual. Um conjunto de 5 prédios, com térreo e primeiro pavimento, deverão ser demolidos, conforme o Material Técnico para possibilitar a construção da Unidade Socioeducativa. As implicações decorrentes das atividades de demolição e da obra, em si, deverão ser consideradas cuidadosamente pela SUPERVISORA.

2. Descrição geral das partes do Local às quais será fornecido acesso e os horários de acesso (de acordo com a Subcláusula 2.1 das Condições Gerais):

Endereço: Rua General Castrioto, 589, Barreto, município de Niterói/RJ.

Horários de acesso: Conforme legislação municipal.

3. Descrição das rotas de acesso, tempo de acesso e quaisquer restrições de acesso:

Rotas de acesso em local urbano e restrições de acesso e tempo de acesso devem ser obedecidas conforme a legislação municipal.

4. Descrição de outros locais vizinhos e de quaisquer questões limítrofes relacionadas:

O terreno faz divisa com lotes residenciais na lateral e aos fundos.



5. Descrição do local aprovado para as instalações de localização do Contratado (se houver):

A descrição encontra-se no item 13 do Termo de Referência anexo a este documento.

6. Descrição das disposições nos Locais que devem ser adotadas para uso do Contratado (se aplicável):

Não se aplica.

7. Descrição das áreas de descarte (dentro ou fora do Local, se houver):

Áreas de descarte licenciadas pelos órgãos ambientais reguladores.

8. Descrição de qualquer requisito de segurança do Local:

Verificar os requisitos de segurança do Local que estão descritos de forma detalhada no Termo de Referência anexo a este documento.

9. Quaisquer outros detalhes relevantes do Local:

Maiores detalhes estão descritos no Termo de Referência anexo a este documento.

ANEXO 5: FORMULÁRIOS DE GARANTIA

5.1 Formulário de Garantia de Pagamento Antecipado

[NÃO SE APLICA]

5.2 Formulário de Garantia de Execução

GARANTIA DE EXECUÇÃO

[Em papel timbrado da instituição que emite o título]

Data: ____ / ____ / ____

Número da Garantia de Execução: [#####]

A/C: UNOPS

[insira o endereço do Contratante]

Fomos informados de que foi firmado um Contrato datado de [inserir data] com [inserir nome da pessoa jurídica] (doravante, o "**Contratado**") intitulado [inserir título do contrato] com o número de Contrato [inserir número], segundo o qual o Contratado é solicitado a fornecer determinados serviços (doravante, os "**Serviços**") no âmbito do projeto [inserir nome do projeto] (doravante, o "**Contrato**").

Comprometemo-nos com você de forma irrevogável e incondicional, desde que você nos notifique por escrito e declare, a seu exclusivo e exclusivo critério, que o Contratado violou ou infringiu qualquer um dos termos, condições ou disposições do Contrato ao qual você está vinculado, sem prejuízo de qualquer objeção que o Contratado possa apresentar e de qualquer direito de compensação ou contra reivindicação, para pagar a você imediatamente, ou da maneira que você exigir, o valor que você refletir na referida notificação, que não excederá a soma de [inserir quantia equivalente a 5 ou 10 por cento do Valor Aceito do Contrato por extenso (e números) com a moeda correspondente] (doravante, o "**Valor Garantido**").

Esta Garantia de Execução (doravante, a "**Garantia**") é válida a partir da data desta carta e vigorará pelo Valor Garantido até a emissão do Certificado de Conclusão Final dos Serviços. A Garantia irá expirar automaticamente uma vez emitido o Certificado de Conclusão Final ou, se surgir uma disputa nos termos do Contrato, após a resolução final da referida disputa, se esta data for posterior à primeira. Imediatamente após o vencimento da Garantia, o UNOPS deve devolver a Garantia ao Contratado.

Qualquer pagamento que fizermos a você sob esta Garantia deve ser em [inserir moeda], devendo estar imediatamente disponível e livremente transferível de forma gratuita, livre e desembaraçado de qualquer dedução para ou por conta de quaisquer impostos, tributos, imposições, taxas, encargos, compensações, pedidos reconventionais, deduções ou retenções de qualquer natureza para estes, atuais ou futuros, de qualquer espécie, independentemente do órgão ou instituição tributária.

As obrigações que assumimos em virtude desta Garantia são diretas, primárias, irrevogáveis e incondicionais; não exigem aviso prévio ou reclamação contra o Contratado; e não serão cumpridas ou de outra forma prejudicadas ou afetadas adversamente por:

- qualquer tipo de concessão de tempo, leniência ou tolerância que você tenha perante o Contratado;
- qualquer alteração, modificação ou extensão feita ao Contrato ou aos Serviços objeto do Contrato;
- qualquer pagamento intermediário ou outro acordo feito por nós;
- qualquer mudança na constituição ou organização do Contratado; ou
- qualquer outro assunto ou questão que, na ausência desta disposição, teria ou poderia ter tal efeito, exceto no caso de uma renúncia ou modificação expressamente feita ou acordada por você por escrito.

Esta Garantia não poderá ser cedida por você a terceiros sem nosso consentimento prévio por escrito, o qual não deve ser retido injustificadamente. Você deve nos notificar por escrito sobre qualquer cessão, após o que devemos fazer qualquer pagamento reclamado sob esta Garantia à pessoa, empresa ou sociedade nomeada na notificação, o que constituirá nossa liberação completa e válida por nós em relação a esse pagamento.

Qualquer notificação exigida em conexão com esta Garantia será considerada recebida na entrega (se entregue em mãos) ou dentro de quarenta e oito (48) horas após ter sido despachada por correio registrado pré-pago ou entrega registrada (no caso de carta) ou conforme avisado de outra forma pelas partes e entre as partes.

Assumimos que o Contrato pode estar sujeito, em parte, a correções, renovações, prorrogações, modificações, compromissos, dispensas ou isenções, acordados entre você e o Contratado, e que esta garantia pode ser trocada ou transferida sem repercussão ou afeta em qualquer forma de nossas obrigações contraídas por esta Garantia; também entendemos que não será necessário nos notificar de tudo isso e que nenhum endosso, aprovação ou garantia adicional será exigido de nós, desde que, no entanto, o Valor Garantido não aumente ou reduza.

Nenhuma ação, evento ou condição produzirá efeito que, em aplicação das leis vigentes, possa nos isentar de nossas responsabilidades adquiridas em virtude desta Garantia. Renunciamos a qualquer direito que possamos ter de aplicar tais leis, portanto, nossa responsabilidade sob esta Garantia será, em todos os aspectos, irrevogável e, exceto conforme disposto neste documento, incondicional.

Palavras e termos em letras maiúsculas nesta Garantia terão os mesmos significados atribuídos a eles no Contrato.

Esta Garantia é regida pelas Regras Uniformes para Garantias de Demanda (Revisão 2010), Publicação da Câmara de Comércio Internacional N° 758, desde que a declaração de apoio sob o Artigo 15 (a), e os Artigos 34 e 35 sejam excluídos. Quaisquer disputas decorrentes ou relacionadas com esta Garantia, ou a violação, rescisão ou invalidade da mesma, serão encaminhadas e finalmente resolvidas por arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas de Direito Comercial Internacional (United Nations Commission on International Trade Law - UNCITRAL) então em vigor, cujo idioma processual será o inglês.

Nada nesta ou relacionado a esta Garantia será considerado uma renúncia, expressa ou implícita, a qualquer um dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, dos quais o UNOPS é parte integrante, os quais são expressamente reservados por este meio.

EM TESTEMUNHO do que [inserir nome da instituição que emite a garantia] firmou adequadamente esta Garantia na data indicada acima.

FIRMADO por

Nome:

Cargo:

Instituição:

Data:

Assinatura:

Nome da testemunha (em letras de forma):

Ocupação da testemunha:

Endereço da testemunha:

Assinatura da testemunha:

ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÕES [inserir o endereço]

SEÇÃO V: REQUISITOS

ANEXO 3: REQUISITOS DO CONTRATANTE

3.1 Escopo dos Serviços

(De acordo com a Subcláusula 3.1 das Condições Gerais)

1. Histórico, objetivo e função dos Serviços:

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (United Nations Office for Project Services - UNOPS) é o organismo operacional das Nações Unidas que apoia diferentes parceiros na implementação de projetos de construção da paz, de ajuda humanitária e de desenvolvimento. O UNOPS ajuda a traduzir políticas em ações.

Atuando no Brasil desde 2012, o UNOPS detém atualmente vários acordos de cooperação técnica com os Governos federal e estadual, bem como contratos junto a outros organismos internacionais. Neste contexto, foi assinado em 2018 o Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Implantação de Infraestrutura de Atendimento Socioeducativo do Ministério dos Direitos Humanos”. O Projeto de Cooperação tem como objetivo específico capacitar as equipes do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e de secretarias estaduais em metodologias de gestão de obras de centros socioeducativos e construir e/ou reformar e ampliar unidades de atendimento socioeducativo com base nas principais regras nacionais e internacionais de infraestrutura em sistemas de privação de liberdade, buscando reduzir o tempo de obra e o custo de operação das unidades.

Esta Seção V - Requisitos tem, como objetivo fundamental, estabelecer as condições, compromissos e responsabilidades segundo os quais a futura CONTRATADA deverá assumir para supervisionar e apoiar a fiscalização na execução da obra, de acordo com o nível de qualidade que será exigido e com as melhores práticas reconhecidas na Construção Civil. A gestão e fiscalização do futuro contrato, ficará sob a responsabilidade do UNOPS.

O objetivo da presente licitação é selecionar e contratar uma empresa supervisora especializada (adiante denominada simplesmente SUPERVISORA), com sede registrada no Brasil, para a finalidade de realizar a supervisão da execução da obra de uma Unidade de Atendimento Socioeducativo de Internação Masculina a ser implantada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. O serviço, objeto do contrato, compreenderá as seguintes atividades principais, que deverão ser realizadas dentro da seguinte abordagem:

- I. Supervisionar os serviços executados pela empresa CONSTRUTORA responsável pela obra;
- II. Supervisionar a gestão da obra;
- III. Supervisionar o cumprimento de todas os compromissos legais relacionados à obra, como seu licenciamento, obrigações trabalhistas, ambientais, de saúde e segurança do trabalho, entre outras;
- IV. Atender às solicitações apresentadas pelo UNOPS relacionadas ao escopo dos serviços de supervisão da obra; -
- V. Supervisionar a correção de eventuais vícios construtivos identificados durante o período do contrato.

Os serviços de supervisão de obra contemplarão as etapas de planejamento, execução e entrega da obra concluída, bem como o licenciamento inicial e final da obra. Tais serviços deverão abranger as áreas de engenharia, arquitetura, qualidade, financeira, administrativa, legal, sócio-ambiental, saúde e segurança do trabalho.

2. Partes Interessadas (Stakeholders) do Projeto:

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE)
- Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)

3. Escopo geral e detalhado dos Serviços:

A empresa a ser contratada neste processo licitatório, deverá supervisionar a obra de construção da Unidade de Atendimento Socioeducativa descrita neste Termo de Referência. Durante o prazo do contrato de supervisão de obra, a SUPERVISORA deverá verificar se a obra está sendo executada de acordo com:

- Material Técnico da RFP, composto por projetos executivos, memoriais, cadernos, manuais, estudos técnicos, orçamento, cronograma;
- demais documentos de contrato, como o próprio Termo de Referência da contratação da empresa CONSTRUTORA;
- Normas técnicas da ABNT, nas melhores práticas e na legislação vigente. O uso de normas e padrões internacionais podem ser utilizados, na ausência de normas brasileiras ou para agregar qualidade e desempenho à obra, desde que mantida a razoabilidade e a boa técnica e sem onerar injustificadamente o contrato de construção.

Para a adequada prestação do serviço de supervisão de obra, objeto desta contratação, a SUPERVISORA deverá cumprir, minimamente, o seguinte escopo:

- 1) Elaborar e apresentar ao UNOPS, para aprovação, um Plano de Trabalho preliminar em até 14 (catorze) dias e, em até 30 (trinta) dias, uma versão definitiva dos serviços de supervisão baseado no escopo da obra, no Termo de Referência da obra, no Material Técnico da RFP e nas obrigações da CONSTRUTORA composto por, no mínimo:
 - a) As atividades planejadas e organizadas por categorias: Financeira, Legal, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Técnica, Gerencial, Social e demais outras que forem pertinentes;
 - b) Análise de todo o Material Técnico da RFP da obra (projetos executivos, memoriais descritivos, memórias de cálculo, cadernos e manuais, etc.) que nortearão a obra de construção e reforma. O objetivo principal é tomar conhecimento de todo o material, incluindo questões de licenciamento e planejamento da obra, devendo a SUPERVISORA realizar suas considerações no seu Plano de Trabalho;
 - c) A definição de indicadores de desempenho (KPI's) para monitoramento e avaliação do desempenho da CONSTRUTORA na execução da obra sob sua responsabilidade;
 - d) A definição de Materiais, instalações e sistemas a serem testados;
 - e) A definição de máquinas e equipamentos a serem inspecionados e frequência;
 - f) As atividades relacionadas ao acompanhamento dos testes e comissionamentos da Unidade Socioeducativa;
 - g) Os critérios de qualidade, verificação e amostragem a serem considerados na supervisão de todos os diversos serviços a serem executados, com a determinação dos limites e tolerâncias aceitáveis. Os critérios devem ser estabelecidos e organizados em função dos diferentes tipos de serviços previstos na obra;
 - h) A relação das normas técnicas a serem utilizadas na verificação da qualidade da obra;
 - i) A lista da Equipe Técnica completa e necessária para a supervisão com a indicação dos nomes e funções dos integrantes;

- j) Os modelos de documentos (relatórios, fichas de controle, registros, etc) que propõe adotar na realização dos trabalhos de supervisão da obra.
- 2) Realizar o controle de qualidade da obra e dos serviços e materiais de construção a serem utilizados, o que considera a supervisão direta de todos os serviços, a observação de procedimentos executivos, verificação de conformidade técnica de matérias-primas, além de ferramentas e equipamentos utilizados na obra;
 - 3) Monitorar e controlar a realização, por parte da CONSTRUTORA, dos trabalhos técnicos e laudos de vistoria cautelar para as casas adjacentes ao terreno da obra, incluindo o monitoramento e acompanhamento da implantação de medidas de acompanhamento e das tratativas junto aos envolvidos (CONSTRUTORA, agentes públicos, UNOPS e moradores das casas, por exemplo);
 - 4) Avaliar o Plano de Execução da Obra (elaborado pela CONSTRUTORA) e todos os demais que o constituem, com emissão de parecer que ateste sua adequação técnica e aprovação para a execução da obra objeto do contrato;
 - 5) Acompanhar a realização de testes e ensaios no canteiro de obra, da coleta de amostras e da preservação do local e das amostras. Ensaios realizados no ambiente da obra, tais como ensaio do SPDA, ensaio de estanqueidade da impermeabilização, ensaio de estanqueidade de instalações hidráulicas e de combate a incêndio, serão realizados pela CONSTRUTORA e acompanhados pela SUPERVISORA, com a emissão de pareceres e relatórios de supervisão que evidenciem a realização, os dados coletados, as eventuais tratativas de correção e a conclusão final;
 - 6) Acompanhar e registrar a realização de testes e ensaios fora da obra, verificando as condições técnicas dos locais onde serão realizados os ensaios e testes, recebimento e análise dos resultados apresentados pela CONSTRUTORA, validando ou recusando-os (nesse caso deverá solicitar novos ensaios e testes). No caso de reprovação, a SUPERVISORA deverá detalhar seus motivos no relatório e apoiar a fiscalização nas tratativas necessárias de serem implantadas na obra, tais como demolições, substituições, etc;
 - 7) Apoiar a fiscalização do UNOPS na liberação de frentes de trabalho, assim como na eventual interdição, tais como as atividades relacionadas com, mas não se limitando a, trabalho em altura, trabalho em espaço confinado e trabalhos que envolvam içamento de cargas;
 - 8) Controlar toda a documentação emitida e relativa à obra, tais como correspondências, alterações de projeto, dentre outras. Toda a documentação recebida da CONSTRUTORA, de órgãos de controle, da fiscalização e do UNOPS deve ser controlada e relacionada nos relatórios de supervisão, assim como toda a documentação emitida pela própria SUPERVISORA;
 - 9) Desenvolver os procedimentos de verificação dos serviços executados e relacionados à obra, com base em normas técnicas da ABNT, nas melhores práticas e na legislação vigente. O uso de normas e padrões internacionais podem ser utilizados, na ausência de normas brasileiras ou para agregar qualidade e desempenho à obra, desde que mantida a razoabilidade e a boa técnica e sem onerar injustificadamente o contrato de construção. Independentemente da CONSTRUTORA, a SUPERVISORA deve realizar seus próprios procedimentos de verificação da qualidade e das especificações dos materiais destinados à obra, emitindo pareceres e relatórios;
 - 10) Receber, analisar e emitir parecer conclusivo, apoiando a fiscalização, sobre todas as demandas eventualmente apresentadas pela CONSTRUTORA, tais como medição da obra, solicitação de aditivos contratuais, solicitações de alterações no planejamento da obra, solicitação de alteração de projeto e demais outras. No caso das planilhas de medição da obra, a SUPERVISORA deverá dar o ateste na medição aprovada (após eventuais ajustes necessários);
 - 11) Monitorar e controlar a realização e implantação de todos os planos e programas da CONSTRUTORA, tais como o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o Plano de Segurança do Canteiro, o Plano de Ações de Emergência, etc;

- 12) Acompanhar a documentação legal da obra, garantindo que a mesma tenha a devida conformidade legal ante à legislação brasileira e estejam presentes no canteiro todas as licenças e documentos necessários antes do início da obra e durante sua execução;
- 13) Acompanhar a implementação de alterações no escopo da obra e de ordens emitidas pelo UNOPS;
- 14) Notificar o UNOPS ao identificar erros ou necessidades de ajustes nos projetos executivos;
- 15) Notificar o UNOPS e tomar as devidas providências ao identificar ações ilícitas ou que perturbem a harmonia da obra que venham a ocorrer no canteiro;
- 16) Supervisionar os aspectos e as atividades socioambientais relacionados à execução da obra;
- 17) Supervisionar e aprovar as medidas de segurança a serem adotadas relativas à Segurança do Trabalho, inclusive monitorando a adequação e conformidade das instalações do canteiro com as leis trabalhistas e Normas Regulamentadoras (NR);
- 18) Acompanhar a correta locação topográfica da obra e os serviços topográficos em geral;
- 19) Supervisionar o serviço de demolição e monitorar todas as condições pertinentes a este serviço em específico;
- 20) Elaborar relatório mensal para o UNOPS com informações e estatísticas da obra;
- 21) Receber e avaliar notificações, por parte da CONSTRUTORA, a respeito de erros ou inconsistências nos projetos executivos;
- 22) Responder às consultas técnicas formais relativas à construção apresentadas pela CONSTRUTORA, sempre informando a fiscalização do UNOPS;
- 23) Verificar certificados de qualidade e conformidade dos materiais e equipamentos a serem aplicados na obra, especialmente, os de fabricação no canteiro ou terceirizado;
- 24) Supervisionar escoramentos e contenções necessários para execução de serviços;
- 25) Analisar e recomendar a aprovação/rejeição dos laudos técnicos dos testes finais para o recebimento e aceite da obra pelo UNOPS;
- 26) Receber e analisar os relatórios técnicos e financeiros de avanço da obra elaborados pela CONSTRUTORA;
- 27) Organizar, realizar e emitir atas das reuniões de acompanhamento, periódicas e extraordinárias, bem como acompanhar a solução de pendências elencadas nessas reuniões;
- 28) Monitorar para que estejam disponíveis no local da obra toda a documentação exigível, ex: alvará, licenças diversas, projetos, memoriais, registros de funcionários, ficha de visitantes, registro de EPI, laudos técnicos, documentação trabalhista, etc.;
- 29) Realizar inspeção prévia do local antes do início de qualquer serviço e apoiar a fiscalização do UNOPS no processo de autorização da execução;
- 30) Solicitar de reparo, demolição, refazimento, retirada de qualquer material, equipamento ou serviços considerados inadequados, sempre informando a fiscalização do UNOPS;
- 31) Analisar e aprovar os projetos de "As Built".
- 32) Realizar vistoria inicial do terreno, das condições das edificações a serem demolidas e da edificação a passar por reforma e reforço estrutural.
- 33) Planejar reuniões periódicas de acompanhamento e controle com a CONSTRUTORA e com a participação da fiscalização do UNOPS;
- 34) Realizar registros fotográficos das etapas de execução de todos os serviços previstos na obra;
- 35) Arquivar toda a documentação produzida no âmbito do seu trabalho e garantir que a obra disponha da sua documentação pertinente no local para fins de fiscalização;
- 36) Registrar a supervisão da obra em documentos específicos para cada finalidade, tais como os relativos aos materiais, ensaios, testes de comissionamento, inspeção de equipamentos, dentre outros. O registro e forma de organização deverão estar claramente descritos no Plano de Trabalho a ser apresentado ao UNOPS;
- 37) Assegurar que os equipamentos e máquinas utilizados na obra estejam calibrados, verificando sua documentação necessária, tais como certificados de calibração;

- 38) Inspeccionar o maquinário em operação na obra, confirmando sua pertinência em relação aos serviços em execução e a sua especificação técnica requerida para a sua finalidade na obra;
- 39) Acompanhar a supressão vegetal prevista e medidas relacionadas;
- 40) Acompanhar os ensaios e testes realizados pela CONSTRUTORA e realizar análise crítica dos seus resultados, recomendando à fiscalização do UNOPS a aprovação ou rejeição dos resultados, orientando a realização de ajustes ou refazimento de novos ensaios e testes;
- 41) Inspeccionar e analisar as características dos materiais a serem empregados na obra segundo especificação técnica estabelecida previamente;
- 42) Registrar orientações, observações, ressalvas e demais observações pertinentes e relevantes no Diário de Obra/Livro de Ordem;
- 43) Avaliar solicitações diversas da CONSTRUTORA e dar encaminhamento, com o seu devido parecer, para conhecimento e aprovação, quando necessário, da fiscalização do UNOPS;
- 44) Apresentar relatórios regulares sobre as suas atividades de supervisão e sobre a obra, além de outras informações pertinentes;
- 45) Avaliar solicitações da CONSTRUTORA relativas à alteração de projetos, do escopo da obra, dos serviços, critérios de medições, do planejamento e cronograma da obra. Essas solicitações não são exaustivas e devem ser avaliadas e informadas, com a devida antecedência, além de estarem acompanhadas de recomendações à fiscalização do UNOPS;
- 46) Controlar a qualidade da obra, conforme critérios de qualidade exigíveis e pré-estabelecidos no Plano de Trabalho e considerando, também, o Plano de Qualidade apresentado pela CONSTRUTORA;

4. Detalhes relevantes e informações técnicas para a prestação e conclusão bem-sucedida dos Serviços:

Para a Unidade Socioeducativa a ser construída em Niterói, são elencadas as seguintes características principais:

- 1 (uma) Unidade de Atendimento Socioeducativo com capacidade para 90 adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação;
- É prevista a execução de serviços de demolição de um conjunto de prédios localizados na parcela do terreno para a construção da infraestrutura socioeducativa;
- O trecho de edificação da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) que ficará remanescente e adjacente em outra parcela do terreno, não contemplada nas obras, deverá ser reformada pela CONSTRUTORA a fim de manter sua operacionalidade;
- Os resíduos de demolição deverão ter destinação legal e ambientalmente correta;
- A Unidade Socioeducativa está inserida em região com grau de urbanização considerável e a CONSTRUTORA deverá considerar todas as implicações decorrentes dessa situação para a execução das obras;
- A Unidade contemplará sistemas que proporcionem maior sustentabilidade da sua operação;

A Unidade Socioeducativa é composta por 7 Blocos, sendo 6 individuais, com operação e características específicas em cada um, a saber:

- Bloco de Acesso
- Bloco de Corpo de Guarda
- Bloco de Alojamento Individual e Duplo
- Bloco de Alojamento Triplo
- Bloco de Visita Íntima
- Bloco de Ginásio
- Bloco SASE - Saúde/Administração/Serviços e Escola

Os licitantes participantes desta RFP terão disponibilizado o Material Técnico da obra, composto por projetos executivos, memoriais, cadernos de encargos, estudos diversos, levantamentos técnicos,

licenças prévias e demais documentos. Caso julguem necessário, poderão realizar visitas ao local da obra para conhecimento prévio do terreno, porém, não configurando como uma premissa obrigatória para a participação neste processo licitatório. Entretanto, após a adjudicação não poderão interpor reclamação de qualquer natureza relacionada ao desconhecimento prévio do local da obra.

Os projetos executivos desenvolvidos para a execução dessa obra foram aprovados nas instâncias legais pertinentes e em sua totalidade pelo UNOPS e o pelo MMFDH. Cumprem com os requisitos técnicos do Manual de Planejamento de Projetos de Edificações do UNOPS. Também foram consideradas a legislação municipal, estadual e nacional, como as Resoluções do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e internacionais, como as Regras de Beijing, relativas à Administração da Justiça da Infância e da Juventude.

Além de todas as regulações locais obrigatórias, foram consideradas as boas práticas em Arquitetura e Engenharia, além do atendimento às Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A obra tem um prazo para construção estimado em 18 (dezoito) meses a partir da Notificação da Data de Início dos Serviços. Dentro desse prazo, estão consideradas as atividades de demolição e a obtenção de todas as licenças.

Prazo de supervisão: O UNOPS emitirá uma Notificação da Data de Início dos Serviços (OS) para o início dos serviços técnicos de supervisão. Tais serviços se estenderão até à conclusão e conformidade total da obra, abrangendo, também, os trâmites legais quando da conclusão da obra, por exemplo, obtenção do licenciamento final da obra (habite-se, dentre outros) e ligações definitivas por parte das concessionárias de serviços públicos.

Portanto, o prazo total estimado para a prestação do serviço de Supervisão de Obra é de 19 (dezenove) meses contados a partir da primeira Notificação da Data de Início dos Serviços, nos quais estão considerados:

- 1 (um) mês para a entrega de um Plano de Trabalho, estudo e compreensão do Material Técnico da obra; e
- 18 (dezoito) meses para a supervisão do licenciamento inicial até a conclusão da obra.

A supervisão durante a execução da obra será conforme o cronograma e/ou o progresso real da obra, devendo a SUPERVISORA dispor de recursos e de uma programação para o adequado acompanhamento dos serviços realizados na obra.

Após a emissão da Notificação da Data de Início dos Serviços, caso ocorram alterações na obra relacionadas ao seu escopo, custo e cronograma, a SUPERVISORA deverá replanejar as suas atividades e recursos a serem empregados apresentados em sua proposta de modo que considerem a nova situação da obra. O novo planejamento para supervisão deverá ser previamente avaliado e aprovado pelo UNOPS.

Horário de supervisão da obra: A equipe da SUPERVISORA deverá estar presente sempre que houver serviços em execução no canteiro de obra. Dessa maneira, o horário de supervisão será conforme o período de trabalho da empresa CONSTRUTORA contratada, inclusive períodos noturnos e finais de semana. Serviços em horários excepcionais e finais de semana deverão ser planejados e comunicados pela CONSTRUTORA com antecedência e acordados com a SUPERVISORA, sempre informando a fiscalização do UNOPS. Portanto, será responsabilidade da SUPERVISORA garantir a disponibilidade do seu pessoal e o correto acompanhamento de todos os serviços de maneira que a supervisão não seja interrompida ou prejudicada de alguma forma pela falta desse acompanhamento.

A empresa deverá cumprir todas as disposições aplicáveis e previstas na legislação trabalhista brasileira, inclusive as relativas aos horários de trabalho dos seus funcionários, sendo a única responsável pelo cumprimento.

5. Normas, códigos e requisitos regulamentares que o Contratado deve seguir e cumprir no desempenho de suas obrigações nos

termos do Contrato:

A SUPERVISORA deverá cumprir com as seguintes obrigações que complementam o escopo desta contratação estabelecido nesta RFP:

1. Tomar conhecimento das políticas, dos procedimentos e manuais do UNOPS, em especial os relacionados à Saúde, Segurança e Sócio-ambiental;
2. Alinhar seus documentos e suas atividades às políticas, procedimentos e aos manuais do UNOPS;
3. Supervisionar a execução da obra, antecipando situações e entraves que possam prejudicar o seu progresso regular. Esta supervisão abrange os aspectos financeiro, legal, ambiental, qualidade social, saúde e segurança do trabalho, técnico, de gestão da obra e demais outros relevantes;
4. Prestar informações diversas ao UNOPS de forma contínua;
5. Conhecer, de forma ampla, todo o Material Técnico da RFP da obra, o que inclui projetos, memoriais, cadernos, manuais, estudos técnicos, planos, além da documentação legal e do próprio Contrato de Obra;
6. Conhecer os sistemas construtivos, materiais e equipamentos a serem adotados na obra a ser contratada;
7. Considerar as normas técnicas brasileiras, a legislação e as instruções normativas a serem utilizadas na supervisão da obra;
8. Informar o UNOPS sobre erros e desvios cometidos na obra ou identificados nos projetos que possam levar a erros na sua execução;
9. Manter a equipe técnica proposta no canteiro obra, conforme estabelecido, de modo que todos os diversos serviços em execução possam ser adequadamente acompanhados in-loco durante todo o período de trabalho no canteiro;
10. Não fornecer informações e não divulgar dados da obra e dos parceiros de implementação por nenhum meio, guardando confidencialidade;
11. Acompanhar a gestão e a atualização da documentação de obra, como por exemplo, seus planos e cronograma;
12. Supervisionar a evolução física e financeira da obra, informando ao UNOPS sobre desvios que necessitem uma análise mais aprofundada;
13. Empregar recursos humanos com competência específica para supervisão da obra, no que se refere às diversas especialidades envolvidas para a execução da mesma;
14. Informar o UNOPS sobre o andamento da obra, sob seus diversos aspectos, de forma regular, numa base minimamente mensal;
15. Trabalhar de forma coordenada com a fiscalização do UNOPS em campo;
16. Não ceder, subcontratar ou transferir parcialmente ou totalmente o objeto desta contratação sem a prévia aprovação do UNOPS
17. De forma irrevogável, não fornecer nem fazer uso de documentação e informação do Projeto 21588 e da obra em nenhum momento, para finalidades distintas da obra, inclusive depois da sua conclusão, sem a autorização expressa do UNOPS
18. Não emitir certificados de qualidade para CONSTRUTORA e subcontratadas sem a autorização expressa do UNOPS
19. Não exonerar a CONSTRUTORA de suas responsabilidades contratuais
20. Não impedir, deliberadamente ou não, o prosseguimento normal das atividades a cargo da CONSTRUTORA ou prejudicar os seus processos de trabalho, salvo juízo a respeito de cada caso
21. Não ordenar à CONSTRUTORA a execução de trabalhos adicionais que impliquem em ampliação do prazo e/ou aumento do custo da obra sem a autorização expressa da fiscalização do UNOPS
22. Não alterar ou aprovar alteração do escopo e o Material Técnico da RFP da obra sem a autorização expressa da fiscalização do UNOPS
23. Não enviar qualquer tipo de relatório ou compartilhar informações com terceiros, com entidades públicas e privadas, incluindo meios de comunicação, sem a autorização expressa do UNOPS
24. Garantir que todos os seus colaboradores possuam e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para cada atividade que estiverem realizando dentro do canteiro de obra

25. Disponibilizar à equipe técnica ferramentas de trabalho, equipamentos, transporte, comunicação e demais outros insumos necessários para a execução de suas atividades
26. Alocar profissionais habilitados legalmente para exercer as suas funções na equipe técnica
27. Cumprir as obrigações trabalhistas e contratuais na execução do objeto do contrato e as assumidas com seus colaboradores, providenciando, também, coberturas por meio de apólices de seguros
28. Observar os códigos de conduta do UNOPS, inclusive em relação aos funcionários de empresas subcontratadas.
29. Supervisionar in-loco a obra. Não será permitida a supervisão remota da sua execução;
30. Apoiar o UNOPS no recebimento provisório e definitivo da obra;
31. Monitorar a execução financeira da obra até a liquidação formal junto ao UNOPS;
32. Monitorar e controlar o cronograma da obra;
33. Supervisionar todas as atividades a cargo da CONSTRUTORA e suas obrigações contratuais;
34. Agir tempestivamente ao identificar que determinado serviço ou material seja inadequado, segundo critérios técnicos;
35. Prover pessoal e equipamentos necessários de forma planejada para a adequada supervisão da obra;
36. Acompanhar e aprovar todos os serviços executados e fornecer informações e recomendações à fiscalização do UNOPS para que esta proceda à aprovação das medições, com o apoio da SUPERVISORA;
37. Acompanhar para garantir a devida conformidade legal da obra;
38. Avaliar todas as solicitações formais da CONSTRUTORA, conforme as condições estabelecidas no Contrato de Obra e no Termo de Referência da CONSTRUTORA;
39. Verificar o cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais, ambientais, de saúde e segurança por parte da CONSTRUTORA;
40. Garantir que a documentação da obra relativa aos planos, cronograma, orçamentos, dentre outros estejam sempre atualizados;
41. Analisar as eventuais necessidades de substituição de funcionário ou equipamentos da CONSTRUTORA que julgue inadequados tecnicamente, sempre informando a fiscalização do UNOPS.
42. Implementar as ações necessárias para o cumprimento do Contrato com o UNOPS, além de cumprir todas as leis brasileiras aplicáveis;
43. Se comprometer com o fornecimento e transporte de equipamentos, mão de obra, especialistas, deslocamentos, alimentação, alojamento, dentre outros, não sendo o UNOPS e o MMFDH responsáveis frente à reclamações em virtude de infrações cometidas pela SUPERVISORA;
44. Executar sua prestação com a equipe técnica de profissionais proposta, observando estritamente o Contrato de Obras;
45. Cumprir todas as obrigações legais e regulamentares em matéria trabalhista, previdenciária, ambiental, de higiene e segurança na Indústria da Construção. Em caso de descumprimento destas e outras obrigações, e com justificativa clara, o UNOPS poderá reter valores do Contrato ou solicitar que a SUPERVISORA forneça uma fiança ou garantia a favor de que esta cubra o valor correspondente até que as reclamações oriundas de dito descumprimento sejam sanadas;
46. Observar estritamente os prazos estabelecidos no cronograma da obra;
47. Cumprir todos os procedimentos e instruções estabelecidos pelo UNOPS e pela legislação brasileira aplicável concernentes ao Meio Ambiente, à Segurança e à Saúde Ocupacional;
48. Se comprometer, de forma irrevogável, a guardar confidencialidade, não dispor e nem fazer uso de documentação relacionada à obra que tenha acesso ou esteja em seu poder em nenhum momento para fins distintos ao interesse do UNOPS, nem depois da conclusão da obra, sem prévia autorização escrita do UNOPS;
49. Propor um novo profissional, no caso de solicitação do UNOPS para substituição de alguém da equipe, em um prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da solicitação. O profissional deverá cumprir os requisitos mínimos estabelecidos na Seção II - Método e Critérios de Avaliação. O UNOPS terá um prazo de 5 (cinco) dias para aprovação. Em caso de reprovação, a SUPERVISORA poderá solicitar reconsideração com justificativas ou propor outro profissional alternativamente. Os custos e despesas decorrentes desta substituição de profissionais serão assumidos integralmente pela SUPERVISORA.

6. Matriz de responsabilidades e obrigações-chave, conforme indicado nas Condições Gerais e nas Condições Particulares, se aplicável:

As responsabilidades chave da Contratada são as seguintes:

1. Supervisionar o cumprimento do escopo da obra;
2. Monitorar e controlar o cronograma, o orçamento e o planejamento da obra;
3. Supervisionar o cumprimento de normas e medidas de segurança no trabalho;
4. Supervisionar o cumprimento de normas e medidas ambientais e sociais;
5. Realizar o controle de qualidade.

7. Requisitos de Saúde, Segurança, Gestão Social e Ambiental (HSSE, em inglês) *(De acordo com a Subcláusula 3.16 das Condições Gerais)*

Será responsabilidade da Contratada supervisionar as condições de higiene, saúde e segurança do trabalho na obra e meio ambiente, tanto das instalações de canteiro como de cada área de trabalho onde estejam sendo realizados os serviços. Deverá inspecionar as condições de todas as instalações e estruturas montadas para segurança coletiva. Verificará a disponibilização e conformidade técnica dos equipamentos de proteção individual (EPI) de responsabilidade da empresa CONSTRUTORA. Analisará documentos da segurança do trabalho e do meio ambiente e acompanhará as diligências e procedimentos exigíveis na ocorrência de eventos relacionados à saúde e segurança do trabalho, bem como às socioambientais. Terá conhecimento e observará as Normas Regulamentadoras (NR), a legislação pertinente e a política e procedimentos de Saúde, Segurança e Sócio-ambientais do UNOPS, fazendo uso das mesmas para supervisionar a conformidade e aceitação no canteiro de obra e seu entorno. Com a devida antecedência e em conjunto com a gestão da obra, inspecionar, aprovar e apoiar na liberação das frentes de serviços antes do início de cada trabalho. Isso inclui, mas não se limita a: inspecionar máquinas, equipamentos e supervisionar a movimentação, transporte e içamento de quaisquer materiais ou estruturas, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores, pessoas em geral e a integridade das instalações físicas. Especial atenção deverá ser tomada durante a fase de demolições e escoramento de estruturas diversas durante a obra. Além disso, terá a incumbência de supervisionar as condições de segurança no entorno da obra, verificando as condições de segurança de pedestres e edificações lindeiras ao terreno. Poderá exigir da CONSTRUTORA responsável todas as medidas ou ações corretivas e preventivas, de forma tecnicamente embasada, que corroborem para a devida salubridade e segurança dentro e fora do canteiro de obra.

Adicionalmente é requerida a supervisão do cumprimento das medidas mitigatórias e/ou compensatórias e controles previstos nos diversos estudos, tais como o impacto ambiental (EIA). Deverá verificar se os locais de extração de materiais para utilização na obra estão licenciados e são ambientalmente adequados, bem como os locais de “bota-fora” dos resíduos gerados possuem licença ambiental e de operação. A Contratada deverá supervisionar, também, a correta classificação, separação e destinação de resíduos passíveis de serem reciclados ou reaproveitados, oriundos das atividades de demolição. Inclui-se, também, preparar relatórios de supervisão, agendar e participar de reuniões diversas. Os trabalhos deverão ocorrer em consonância com a fiscalização do UNOPS.

8. Sistema de Gestão da Qualidade: *(De acordo com a Subcláusula 3.17 das Condições Gerais)*

A SUPERVISORA deverá implementar um Sistema de Gestão da Qualidade com vistas a estabelecer padrões de qualidade e conformidade das suas atividades, tanto as administrativas quanto as

finalísticas, e produtos a serem elaborados no cumprimento do escopo desta contratação sob o contrato de serviços de consultoria para obras do UNOPS.

O SGQ deve envolver, também, as atividades de controle de qualidade da obra. Deverá ser realizado o controle de qualidade da obra e dos serviços e materiais de construção a serem utilizados, o que considera a supervisão direta de todos os serviços, a observação de procedimentos executivos, verificação de conformidade técnica de matérias-primas, além de ferramentas e equipamentos utilizados na obra. Os registros desse controle deverão ser produzidos conforme o Sistema de Gestão da Qualidade a ser estabelecido pela Contratada.

9. Lista de todos os Entregáveis e/ou Documentos do Contratado relacionados aos Serviços:

O conteúdo mínimo exigido de cada Entregável e seu detalhamento encontram-se no Termo de Referência anexo a esta Seção V.

PRODUTO	QUANTIDADE	PRAZO DE ENTREGA
Relatório de Supervisão Inicial	1	30 dias corridos após a emissão da Notificação da Data de Início dos Serviços
Relatório de Supervisão Mensal	18	30 dias corridos após cada relatório anterior
Relatório de Recebimento Provisório e de Recebimento Definitivo	2	90 dias
Relatório de consultorias específicas*	Variável	Conforme demanda

*A serem produzidos conforme demanda e medidos e pagos por horas técnicas de Engenharia e Arquitetura, após a aprovação da fiscalização do UNOPS.

10. Ferramentas específicas necessárias como software a ser usado para desenvolver os Entregáveis e o formato de apresentação dos Entregáveis:

Não são exigidas ferramentas específicas para esta contratação, entretanto, as utilizadas pela Contratada deverão atender às exigências estabelecidas no processo licitatório. O formato de apresentação das Entregas está detalhado a seguir.

A SUPERVISORA deverá fornecer os relatórios, que constituem os Entregáveis, de forma detalhada ao UNOPS, a partir da emissão da Notificação da Data de Início dos Serviços de Supervisão. Os documentos devem apresentar as atividades realizadas e planejadas pela SUPERVISORA, considerando, também, informações divulgadas nos relatórios da CONSTRUTORA. Os documentos serão em dois formatos, um editável e outro inalterável, e deverão ser compostos por tabelas, imagens, gráficos, dashboard, desenhos e demais elementos que sejam necessários para complementar as informações. Cada relatório, também, deverá ser organizado por capítulos, de forma padronizada, com informações coerentes, objetivas e claras.

Os relatórios de supervisão referentes ao recebimento provisório e definitivo da obra deverão ser preparados e enviados ao UNOPS em duas cópias, uma digital e outra física. Os relatórios deverão ser, apenas, em formato digital (arquivo em .doc e em .pdf).

Os relatórios de supervisão (inicial e mensal) e de recebimento da obra deverão ser assinados por todos os coordenadores, sendo necessário que a assinatura do Coordenador-Geral seja por certificado digital.

Os relatórios de consultorias específicas deverão necessariamente ser assinados pelos seus autores por certificado digital.

Cada relatório de supervisão mensal deverá apresentar, minimamente, os seguintes itens:

- Capa
- Índice
- Empresa contratada
- Número desta RFP e do contrato de supervisão
- Objeto/escopo

1ª Parte: Supervisora:

- Relação de contratos supervisionados e seus números
- Medições realizadas pela construtora e pela supervisora
- Controle de Aditivos Contratuais da construtora e da supervisora

2ª Parte: Obra:

- Empresas subcontratadas
- Saldo do contrato
- Tempo de execução e remanescente
- Mês de referência
- Objetivo
- Situação resumida da obra
- Ficha Técnica do empreendimento

11. Informações sobre o Processo de Revisão e Aprovação (do UNOPS e qualquer outro processo necessário):

Os relatórios que fazem parte dos Entregáveis da Contratada deverão ser encaminhados à fiscalização do UNOPS. Serão analisados, juntamente com documentos de suporte do respectivo Entregável, para aprovação do UNOPS. Após essa aprovação, será encaminhado ao Ministério para a aprovação do pagamento.

O pagamento correspondente deverá ser feito dentro de 42 (quarenta e dois) dias após o recebimento, pelo Contratante, das faturas do Contratado- sujeito à revisão e aprovação da entrega pelo UNOPS e pelo Ministério.

12. Pessoal Fornecido pelo Contratante, Serviços de Terceiros e Equipamentos e Instalações do Contratante: *(Detalhes de acordo com a Subcláusula 2.6 das Condições Gerais)*

[NÃO SE APLICA]

13. Qualquer outro detalhe que seja relevante:

O Proponente tem a responsabilidade de visitar e inspecionar o local onde se executará a obra a ser supervisionada, porém, a visita será facultativa para apresentação das propostas. Neste caso, a futura CONTRATADA não poderá apresentar alegações a respeito do desconhecimento das condições próprias da obra e do seu entorno ou divergências das condições físicas com relação às indicadas nos projetos, memoriais, estudos e demais documentos que fazem do Material Técnico da RFP.

Para consulta aos detalhes de agendamento da visita, acessar a aba Particularidades do eSourcing.

Além disso, o Proponente deve:

1. Realizar avaliações e consultas que sejam necessárias, sem limitar-se aos documentos da presente licitação;
2. Realizar as verificações e análises que estime pertinentes para apresentar sua proposta, técnica e financeira, levando em conta as condições da região e do terreno de implantação da obra, condições de transporte de pessoal e equipamentos, água, energia, comunicações e, em geral, todos os elementos e condições que possam influenciar de maneira direta ou indireta na execução do objeto;
3. Identificar as dificuldades, contingências e possíveis riscos e considerá-los na sua proposta de modo a garantir a execução da totalidade dos serviços requeridos; e
4. Considerar todas as cláusulas do contrato que dizem respeito às responsabilidades da CONTRATADA

O Proponente, caso resulte adjudicado nesta contratação, se compromete a supervisionar as obras em estreita observância do Material Técnico da RFP, desta Seção e do Termo de Referência - inclusive o da licitação da obra, das normas técnicas nacionais e Leis brasileiras aplicáveis.

3.2 Delegações do Contratado

[NÃO SE APLICA]

3.3 Valoração e Pagamento

Com base em valores reais mensais ou com base no seguinte cronograma de pagamento de acordo com a Subcláusula 7.1 das Condições Gerais

Núm.	Marco (Produtos) / Etapa	Valor	Data Prevista
1	Relatório Inicial	3,00 % Valor aceito do Contrato	30 dias corridos após a emissão da Notificação da Data de Início dos Serviços.

2	Relatório Mensal (18 unidades)	5,00 % Valor aceito do Contrato (cada relatório)	30 dias corridos após cada relatório anterior.
3	Relatório de Recebimento de Obra (2 unidades)	3,50 % Valor aceito do Contrato (cada relatório)	até 90 dias após a conclusão da obra.
4	Consultor(a) em Engenharia*	0 % Valor aceito do Contrato	Conforme demanda.
5	Consultor(a) em Arquitetura*	0 % Valor aceito do Contrato	Conforme demanda.

**Os relatórios desses consultores serão produzidos conforme demanda e medidos e pagos por horas técnicas de Engenharia e Arquitetura, após a aprovação da fiscalização do UNOPS.*

3.4 Requisitos do Cronograma

(Descrição dos requisitos associados ao Cronograma de acordo com a Subcláusula 4.3 das Condições Gerais)

A Contratada deverá planejar a execução do objeto da contratação por meio de um plano de trabalho que englobe, minimamente, o seguinte:

1. As atividades planejadas e organizadas por categorias: Financeira, Legal, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Técnica, Gerencial, Social e demais outras que forem pertinentes;
2. Análise de todo o Material Técnico da RFP da obra (projetos executivos, memoriais descritivos, memórias de cálculo, cadernos e manuais, etc.) que nortearão a obra de construção e reforma. O objetivo principal é tomar conhecimento de todo o material, incluindo questões de licenciamento e planejamento da obra, devendo a SUPERVISORA realizar suas considerações no seu Plano de Trabalho;
3. A definição de indicadores de desempenho (KPI's) para monitoramento e avaliação do desempenho da CONSTRUTORA na execução da obra sob sua responsabilidade;
4. A definição de Materiais, instalações e sistemas a serem testados;
5. A definição de máquinas e equipamentos a serem inspecionados e frequência;
6. As atividades relacionadas ao acompanhamento dos testes e comissionamentos da Unidade Socioeducativa;
7. Os critérios de qualidade, verificação e amostragem a serem considerados na supervisão de todos os diversos serviços a serem executados, com a determinação dos limites e tolerâncias aceitáveis. Os critérios devem ser estabelecidos e organizados em função dos diferentes tipos de serviços previstos na obra;
8. A relação das normas técnicas a serem utilizadas na verificação da qualidade da obra;
9. A lista da Equipe Técnica completa e necessária para a supervisão com a indicação dos nomes e funções dos integrantes;
10. Os modelos de documentos (relatórios, fichas de controle, registros, etc) que propõe adotar na realização dos trabalhos de supervisão da obra.

Este plano de trabalho deverá ser apresentado ao UNOPS para sua aprovação, conforme as condições estipuladas no escopo definido no item 3.1- Escopo dos Serviços.

3.5 Subcontratados Designados

[NÃO SE APLICA]

3.6 Delegações do Contratante

[NÃO SE APLICA]

3.7 Requisitos da equipe-chave

(Detalhes dos requisitos da equipe-chave, de acordo com a subcláusula 3.6 das Condições Gerais)

Maiores detalhes também na Seção II - Método e critérios de avaliação.

Núm.	Descrição do cargo/posto	Qualificações necessárias	Área de experiência necessária	Anos de experiência relevantes necessários
1	Coordenador(a) Geral	Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura	Supervisão, gerenciamento ou fiscalização nas áreas de fundação, estrutura, instalações de engenharia etc, para obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.	Mínimo de 10 (dez) anos
2	Coordenador(a) de Planejamento	Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura	Supervisão, gerenciamento ou fiscalização na área de <u>planejamento</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização	Mínimo de 10 (dez) anos
3	Coordenador(a) de Saúde, Segurança e Sócio-ambiental	Graduação em Engenharia ou Arquitetura	Supervisão, gerenciamento ou fiscalização na área de <u>saúde e segurança no trabalho</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização	Mínimo de 10 (dez) anos
4	Coordenador(a) de Qualidade	Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura	Supervisão, gerenciamento ou fiscalização na área de <u>qualidade e/ou controle tecnológico</u> de obras de edificação (públicas e/ou privadas) residenciais, institucionais, comerciais ou de urbanização.	Mínimo de 10 (dez) anos

3.8 Requisitos de equipamentos e maquinário

[NÃO SE APLICA]

3.9 Requisitos de seguro

(Detalhes de acordo com a subcláusula 9.1 das Condições Gerais)

Seguros	Detalhes adicionais sobre o escopo da cobertura	Período	Limite de responsabilidade
Seguro de Responsabilidade Profissional	Trata da responsabilidade do Contratado ante ao Contratante em caso de negligência, erro ou omissão. Visa indenizar o contratante frente a qualquer responsabilidade derivada do contratado (e seus subcontratados) como resultado de qualquer ato negligente, erro ou omissão na prestação dos serviços (incluindo custos de redesenho, reconstrução, retificação ou qualquer outra responsabilidade que o profissional possa ter frente ao contratante como consequência do dito ato negligente, erro ou omissão.	Conforme exigido por lei ou por órgãos do setor ou associações comerciais a partir da Data de Vigência do Contrato até a expiração do Período de Garantia. A partir da Data de Vigência do Contrato até um ano após a Conclusão Final dos Serviços.	Conforme exigido por lei ou por órgãos do setor ou associações comerciais. 30% do valor inicial do contrato.
Seguro de Responsabilidade Civil	Deve incluir: Equipamentos de escritório e informática. Destina-se a reembolsar despesas geradas por danos materiais e corporais causados a terceiros.	Conforme exigido por Leis ou órgãos ou associações comerciais desde a Data de Vigência do Contrato até a Conclusão Final dos Serviços. A partir da Data de Vigência do Contrato até a Conclusão Final dos Serviços.	Conforme exigido por lei ou por órgãos ou associações comerciais. Limite máximo de indenização: R\$ 500.000,00 Cobertura mínima de: a) Lesão corporal, incapacidade permanente ou morte: R\$ 20.000,00 por pessoa b) Danos materiais a terceiros: R\$ 20.000,00.
Seguro de responsabilidade civil do empregador	Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em Grupo. Segundo o que exige a legislação (convenção coletiva de trabalho da categoria + Responsabilidade Civil empregador).	A partir da Data de Vigência do Contrato até a Conclusão Final dos Serviços	Conforme exigido por lei ou por órgãos da indústria ou associações comerciais. Limite máximo: 50% da cobertura de Responsabilidade Civil
Qualquer outro seguro exigido por lei, órgãos da indústria ou associações comerciais			
Seguro contra todos os riscos			